



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ/RN**

Rua Idalino de Oliveira, s/n – Centro - CEP: 59.600-135 – Mossoró/RN – Fone: 84 2140-9400  
CNPJ nº 08.208.597/0001 -76.

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 1ª sessão ordinária da 1ª sessão legislativa da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em 19 de fevereiro de 2025. A mesa diretora tinha Genilson Alves – presidente; Petras – 1º secretário; Lucas das Malhas – 2º secretário. Foram lidos texto bíblico e pauta: Mensagens de Veto 01/2024 e 01/2025, Parecer do Tribunal de Contas do Estado 2014/2015, Projetos de Lei do Legislativo 02, 04, 05 e 07 a 09, Projetos de Resolução 02 e 03, Requerimentos 03 a 07, Indicações 01 a 11, 17 a 32, 37 a 52, 63 a 67, 77 a 86, 92 a 105 e 111 a 118. No pequeno expediente, o vereador Alex do Frango expressou felicidade em retornar ao Legislativo, desejando trabalhar em colaboração com a gestão municipal, estando aberto ao diálogo entre bancadas. Em seguida, enalteceu obra de saneamento e escolar no Conjunto Redenção, onde seria entregue praça naquele dia. O vereador Jailson Nogueira apresentou sua equipe de assessores e manifestou preocupação com a ausência do tema segurança pública na mensagem do Senhor Prefeito um dia antes, afirmando que a Guarda Civil e os agentes municipais de trânsito não recebiam o tratamento merecido, como bem sabia depois de ter comandado a Guarda. Na sequência, disse que a falta de auxiliares para atender crianças atípicas prejudicava sua formação. Ele também disse que a afirmação de que a Prefeitura não usaria “um centavo para construir arena” gerava dúvida sobre possível venda do abandonado estádio “Nogueirão”. Depois, falou dos preços do IPTU, acrescentando que o prefeito afirmava que o Complexo Viário era custeado pela arrecadação desse imposto quando na realidade o senador Rogério Marinho destinou emenda, o que era omitido por uma gestão que se considerava autossuficiente. Por fim, cobrou explicações do líder da bancada governista. O vereador Ozaniel Mesquita parabenizou esportistas pelo seu dia, bem como a Universidade Federal Rural do Semiárido e Prefeitura pela ação de vacinação. Em seguida, pediu que as pessoas aptas à doação de sangue procurassem o Hemocentro. Ele também falou da importância da obra do Centro de Educação, Tecnologia e Capacitação no bairro Santo Antônio, com perspectiva de inauguração no corrente ano, além da policlínica e quatro Centros de Atenção Psicossocial. Depois, falou do trabalho do Centro Especializado em Reabilitação e do fornecimento de insulinas. No grande expediente, o vereador Kayo Freire agradeceu a Deus e ao povo pela oportunidade de estar na Casa Legislativa como parlamentar depois de ter trabalhado 15 anos como assessor, acrescentando que a gestão municipal se caracterizava por tornar possíveis sonhos populares que gestões anteriores não providenciaram, como o tomógrafo e a oferta de insulina, bem como abertura do Centro Especializado em Reabilitação, além da construção do Centro Comercial e obras na zona rural e de mobilidade urbana. Em aparte, o vereador Alex do Frango reconheceu a trajetória do colega e sua vinculação ao prefeito, cercado de pessoas que desejavam o melhor para a cidade. O vereador Jailson Nogueira cobrou conserto do aparelho de raios-X da UPA do Belo Horizonte e obras de saneamento básico, além de transparência sobre obras milionárias de alargamento de pontes. O vereador Lucas das Malhas explicou condições para que fosse solicitada isenção de IPTU em casas financiadas por programas populares, acrescentando que a parcela de saneamento que faltava fazer era de responsabilidade da Caern. A vereadora Marleide Cunha disse que o tomógrafo municipal não foi cedido pelo prefeito quando o Hospital Regional Tarcísio Maia ficou sem equipamento semelhante, tendo sido necessário recorrer à Liga do Câncer e ao Hospital da Polícia Militar. Retomando, o vereador Kayo Freire disse que, se estivesse quebrado, o aparelho de raios-X seria consertado, cobrando do colega Jailson Nogueira discussão correta e perguntando quais providências tomaram gestões anteriores. Em seguida, disse que o tomógrafo foi emprestado quando necessário. Concluindo, destacou a organização do Mossoró Cidade Junina e informou pretensão de criar frentes parlamentares se

ocupando de cooperativismo, turismo e artesanato. Seguindo no grande expediente, o vereador Petras expressou emoção em retornar ao Legislativo para um segundo mandato após um hiato de quatro anos durante os quais seguiu trabalhando pela população, ressaltando a presença em seu mandato de representação do Fórum de Mulheres com Deficiência, informando também que seu gabinete contaria com uma plataforma facilitadora da comunicação com pessoas surdas. Na sequência, manifestou felicidade pelo anúncio da convocação de profissionais para atuar no Centro Especializado em Reabilitação e CAPS, além dos auxiliares de sala. O vereador Raério Cabeção assumiu a presidência. Em aparte, o vereador Ricardo de Dodoca ressaltou disponibilidade de veículo municipal para transportar pessoas com deficiência cadastradas ao Centro de Reabilitação, acrescentando que o residencial popular “Mossoró III” foi inaugurado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, o que a Senhora Governadora tentou negar em evento recente. O vereador Wiginis do Gás cobrou do DNIT recuperação de trecho de rodovia federal na Rua Felipe Camarão, cuja deficiência poderia causar mortes. O vereador Alex do Frango reconheceu a qualidade do trabalho do colega, registrando avanços e a necessidade de constante melhoria. O vereador Jailson Nogueira enalteceu defesa das pessoas com deficiência e pediu apoio a projeto de sua autoria para reserva de vagas de cargos comissionados no serviço municipal, acrescentando que a gestão municipal sequer providenciou carteira de identificação de deficiências ocultas. Em seguida, disse que Mossoró não contava com neuropediatra, mas com uma pediatra que atendia a cada 15 dias. O vereador Petras disse que o município contava com um neuropediatra de referência. Ainda no grande expediente, a vereadora Marleide Cunha pediu a Deus sabedoria e coragem para representantes do povo, acrescentando que a Mensagem Anual do prefeito “teve mentiras, algumas verdades e omissões”, negando que tivesse sido concedido o maior reajuste da história aos profissionais de educação, que tinham piso salarial definido anualmente pelo Ministério da Educação, afirmando que os 37 por cento que o prefeito deu não são mais do que os 58 por cento que deveria ter dado, sendo necessário, portanto, restabelecer a verdade, apelando por diálogo e negociação para evitar uma greve. Ela também disse que o município deixou de receber recursos porque não tinha gestão escolar democrática, acrescentando que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica regrediu aos números de 2015. Depois, desafiou a Prefeitura a mostrar que metade das escolas tinha ar condicionado funcionando com aparelhos comprados em 2022 por mais de seis milhões de reais, muitos ainda encaixotados. Na sequência, cobrou agilidade na nomeação de todas as pessoas aprovadas em concursos públicos, negando que o da educação estivesse suspenso. Em aparte, o vereador Ricardo de Dodoca disse que a Prefeitura pagava acima do piso nacional da educação, acrescentando que a aprovação do Projeto de Lei Complementar 17 não causou prejuízos aos professores. Retomando, a vereadora Marleide Cunha disse que o antecessor não entendia nada de piso da educação e que sua matemática era estranha. O vereador Ozaniel Mesquita disse que estava preocupado com a perspectiva de greve na educação municipal e estadual e com a falta de terceirizados em virtude de atrasos salariais, defendendo união para resolver os problemas. A vereadora Marleide Cunha disse que a irregularidade de pagamento a empresas terceirizadas era um problema geral. A vereadora Plúvia se dispôs a intermediar debate com a secretária estadual de educação para compreender como o piso estava sendo cumprido ao contrário do ocorrido no município, acrescentando que, no tema transporte público, o prefeito apenas citou linha no Oeste, se negando a discutir a impossibilidade da classe trabalhadora vivenciar a cidade por falta de transporte público, bem como as mudanças climáticas, além de faltarem política para a saúde e planejamento para construir hospital municipal. O vereador Alex do Frango pediu que a colega Marleide Cunha usasse para a gestão estadual o mesmo rigor que tinha com a municipal, recordando que ela votou contra um projeto que dava reajuste a servidores. A vereadora Marleide Cunha disse que esteve na Assembleia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado defendendo o piso dos professores, lamentando que o colega Alex do Frango não tivesse a mesma coragem de defender o que não era da vontade do prefeito. O vereador Thiago Marques disse que

estava impressionado e triste com “discussões sobre narrativas e não necessariamente fatos”, acrescentando que observou na Mensagem Anual resultados de um trabalho diuturno. Ele também defendeu os direitos dos professores e disse que era buscado reajuste maior para a categoria. Por fim, defendeu respeito entre colegas. O vereador Raério Cabeção disse que no dia anterior algumas pessoas vaiaram a execução do Hino Nacional Brasileiro, o que não refletia o respeito de professores. Ele também disse que a educação estadual estava muito ruim e qualquer avanço municipal seria mais do que fizeram todas as gestões anteriores. Em seguida, disse que a bancada de deputados do PT não enviava recursos para Mossoró, que não tinha responsabilidade exclusiva pela despoluição do Rio Apodi-Mossoró. O vereador Kayo Freire citou escola municipal onde instalação de aparelhos de ar condicionado dependia apenas de uma providência da Cosern no próximo fim de semana. Ele também disse que os recursos da Lei Aldir Blanc chegariam, ao contrário do que a colega na tribuna anunciou. A vereadora Marleide Cunha disse que responderia quando tivesse tempo suficiente. O vereador John Kenneth disse que ouvia relatos de felicidade com a climatização de escolas municipais, algumas carecendo de substituição completa da rede elétrica. O vereador Wiginis do Gás relatou felicidade com escolas climatizadas, mudando a realidade de estudantes humildes, não cabendo críticas ao prefeito. O vereador Lucas das Malhas disse que todos podiam ver os avanços da educação municipal, desejando, portanto, compreender o que, aos olhos da colega Marleide Cunha, faltava para a educação avançar mais, considerando “irrisório comparar as redes estadual e municipal”. Ele também cobrou transparência sobre milhões de reais para reformar o Hospital Regional Tarcísio Maia, cujas obras estavam paralisadas. Por fim, desafiou a bancada federal a destinar recursos para que fosse construído hospital municipal. O vereador João Marcelo ressaltou conhecimento dos avanços da educação municipal. O vereador Tony Cabelos pediu que a colega na tribuna apoiasse apelos por melhorias no Hospital Regional. O vereador Jailson Nogueira disse que a bancada governista omitia os membros da bancada federal que destinaram emendas para importantes obras e aquisições porque só o prefeito podia ser “o pai” das realizações, assim como se negavam a fiscalizar a saúde municipal porque não queriam discutir “a Mossoró real”. Concluindo, a vereadora Marleide Cunha disse que não havia tempo para responder a todas as perguntas, porém muito ainda seria discutido sobre educação, acrescentando que só conhecia o magistério quem vivenciava as dores da desvalorização dos professores. O vereador Genilson Alves retornou à presidência. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. Após discussão, foram aprovados os Requerimentos 03, 04, 05, 07. Foram rejeitados os Requerimentos 06 e 07 por maioria de votos. Na declaração de voto, a vereadora Marleide Cunha lamentou rejeição de audiência pública para debater a causa animal, tema fundamental de saúde pública. Pela bancada de oposição, o vereador Jailson Nogueira expressou tristeza e nervosismo com a recusa ao debate por uma Casa Legislativa que se tornou uma piada e lhe causava preocupação. Pela bancada governista, o vereador Alex do Frango lamentou a postura do antecessor, que manchava a Casa Legislativa, considerando as divergências naturais, sugerindo revisão de atitude, tendo em vista que havia “tempo para discutir tudo” e que nem sempre os debates aconteceriam conforme pensamos. Por fim, manifestou felicidade com o andamento dos trabalhos. Nas Explicações Pessoais, o vereador Cabo Deyvison disse que não estava ali apenas para votar sim ou não, mencionando seu primeiro projeto de lei, abordando técnica de terapia a crianças autistas. Ele também cobrou concurso público para a Guarda Civil Municipal. Por fim, disse que estava disposto a discutir todos os temas que interessavam à sociedade. O vereador Genilson Alves rejeitou generalização de críticas, considerando as divergências naturais e destacando a importância da Casa Legislativa para os avanços municipais ao longo da história. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.